



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 32/2022

Período: 03/09/2022 - 09/09/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- O 7 de setembro: expectativas quanto ao papel das Forças Armadas
- 2- O 7 de setembro: tensões sobre a participação de militares em atos político-partidários
- 3- O 7 de setembro: paraquedistas sofrem acidente em treino no Rio de Janeiro
- 4- O 7 de setembro: intelectuais refletem sobre o sentido da Independência do Brasil na ditadura militar e no governo Bolsonaro
- 5- O 7 de setembro: campanha da reeleição se sobrepõe ao desfile cívico-militar
- 6- O 7 de setembro: jornal relembra que comemoração dos 150 anos de independência do Brasil foi marcada por atrito entre o regime militar e a igreja católica
- 7- Para jurista, as Forças Armadas não possuem papel moderador
- 8- Série brasileira abordará o impacto da repressão militar na música e cultura nordestinas
- 9- Ex-presidente do Ibama apontou como ineficaz o uso do Exército na Amazônia
- 10- Estados solicitaram apoio das Forças Armadas para reforçar segurança nas eleições
- 11- Braga Netto interfere e a decisão do Exército de proibir o tiro recreativo foi revista
- 12- Exército "fecha portas" a contato com presidenciais
- 13- Ministro do STF afirmou que a chance de golpe no Brasil é nula

1- O 7 de setembro: expectativas quanto ao papel das Forças Armadas
Segundo reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, articuladores do movimento pró-democracia que teve como marco a leitura pública da "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito", em 11/08/2022, afirmaram estado de "vigília" contra o risco de arroubos autoritários no bicentenário da independência do Brasil. O professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena, afirmou que "Neste ano vamos ter um movimento de rua muito estridente, mas não acredito em risco de uma ação desestabilizadora por parte das Forças Armadas. Sob esse ponto de vista, estou mais otimista agora do que estava no 7 de setembro do ano passado". Ainda de acordo com a matéria, os integrantes do movimento acompanharam a preparação para as manifestações em apoio a Jair Bolsonaro (PL) através da

interlocução com representantes dos militares, polícias e diplomatas. Outras duas matérias do mesmo veículo também abordaram os atos do dia da Independência. Em destaque, afirmou-se que o comício de Bolsonaro na cidade do Rio de Janeiro ocorreria simultaneamente à parada naval da Marinha, à apresentação da esquadrilha da fumaça e à saudação dos canhões do Forte de Copacabana. A manchete da reportagem considerou que esta sincronia expressa o uso das ações militares por Bolsonaro, como meio de reforçar o ato eleitoral no 7 de setembro. Por último, reportagem do *O Estado de S. Paulo* destacou que grupos que pregam “intervenção militar com Bolsonaro no poder”, como o Patriotas do QG, conseguiram o aval da Polícia Militar para estacionar carros de som na Avenida Paulista durante as manifestações na cidade de São Paulo. O desfile cívico no Ipiranga ficou a cargo do Comando Militar do Sudeste (CMSE), mobilizando mais de 6 mil militares das três Forças e 117 veículos da Marinha e do Exército. Bolsonaro não participou do evento em São Paulo, concentrando sua agenda em Brasília, pela manhã, e no Rio de Janeiro no período da tarde, onde, apesar de o desfile militar do Comando Militar do Leste (CML) ter sido cancelado, ocorreram festejos militares na orla de Copacabana. Segundo a jornalista e escritora Cristina Serra, em coluna no jornal *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas estão envolvidas em uma situação perigosa ao se relacionarem com o presidente Jair Bolsonaro nos desfiles de 7 de setembro. A jornalista destacou a mobilização de equipamentos militares para os atos, como aviões, navios e canhões, o que caracterizou como uma “promiscuidade institucional explícita”. Segundo Serra, atingiu-se um ponto em que a segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) precisou ser reforçada e a localização dos ministros foi tratada com sigilo, buscando a segurança dos mesmos. Por fim, a colunista enfatizou que é uma “infelicidade que as comemorações do bicentenário da independência aconteçam com Bolsonaro no poder”, e acrescentou que “em menos de um mês, estará diante de nós a chance promissora de inaugurarmos um novo país”. Já a jornalista Eliane Cantanhêde, em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, avaliou que Bolsonaro tinha no bicentenário e no 7 de Setembro “seu último lance, ou última ofensiva, para tentar virar o jogo, ou a guerra”, visto que, apesar das suas investidas, não conseguiu prejudicar o favoritismo do ex-presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva. A jornalista entende que Bolsonaro usa as Forças Armadas como uma demonstração de força, atribuindo ao Rio de Janeiro um importante papel nas comemorações do 7 de setembro, por representar o maior reduto bolsonarista. Na avaliação de Cantanhêde, as Forças Armadas ficariam “mais uma vez de joelho... para fazer o que seu mestre mandar, como o general Pazuello”. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 06/09/22; O Estado de S. Paulo - Política - 05/09/22; O Estado de S. Paulo - Coluna do Estadão - 05/09/22; O Estado de S. Paulo - Política - 05/09/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/22)

2- O 7 de setembro: tensões sobre a participação de militares em atos político-partidários

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, militares e aliados do presidente Jair Bolsonaro organizaram uma logística na tentativa de separar os eventos do bicentenário da independência dos atos de campanha eleitoral durante o 7 de setembro, prevendo ao menos três estruturas para discursar no Rio de Janeiro e em Brasília. Generais e aliados do presidente declararam ao

jornal que “a criação de espaços variados (...) tem o objetivo de tentar separar a comemoração oficial de momentos de campanha política”, visto o receio de novos ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) por parte de Bolsonaro durante as comemorações, o que poderia destruir a construção do armistício entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as Forças Armadas. Tal armistício, de acordo com a *Folha*, se refere aos sinais do presidente do TSE, Alexandre de Moraes, ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, de que aceitará as sugestões de “alterar o modelo do teste de integridade” sugerido pelo Exército. Havia ainda o temor da reação de Bolsonaro frente à decisão do ministro Edson Fachin de suspender algumas partes do decreto de armas às vésperas do 7 setembro, o que militares ouvidos pela *Folha* declararam ser uma “medida descabida”, visto que a justificativa de Fachin foi a de conter a violência eleitoral. Para os militares, tal suspensão poderia significar justamente o contrário, acirrando mais os ânimos. No Rio de Janeiro, as Forças Armadas tinham uma programação de oito horas de evento para a comemoração do bicentenário, com 29 salvas de canhão no Forte de Copacabana, parada com navios militares, esquadrilha da fumaça, salto de paraquedistas e apresentação de banda militar. Houve ainda o aconselhamento de comandantes de quartéis de que os militares devem evitar permanecer em atos políticos após os eventos oficiais, com a leitura, em alguns quartéis, do Regulamento Disciplinar do Exército, que proíbe manifestação político-partidária. Segundo a *Folha*, o presidente Bolsonaro demonstrou diversas tentativas de politização das Forças, como ao usar as expressões “meu Exército” e “minhas Forças Armadas”, e ao defender o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de qualquer punição após ter participado de ato político em apoio ao presidente. Bolsonaro ainda fez uma mudança na programação dos eventos de 7 de setembro no Rio de Janeiro, alterando a localização do desfile cívico-militar, além de ter pedido à Marinha e à Força Aérea Brasileira que participassem de um ato próximo à orla carioca, o que levou a uma mudança de planejamento nas Forças para atender ao presidente. A *Folha de S. Paulo* também noticiou que o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro notificou o Exército, a Marinha e a Aeronáutica para tratar de planos para prevenir envolvimento de militares em manifestações político-partidárias, evitando que eventos oficiais e atos políticos sejam confundidos. Segundo reportagem da *Folha*, no dia 06/09/22 o Exército emitiu um comunicado interno informando que os eventos do Dia da Independência organizados pelos militares não possuem caráter político-partidário. Destacou-se ainda que não há “determinação específica em relação à participação de militares da ativa em eventuais manifestações políticas previstas para o dia 7 de setembro”. (Folha de S. Paulo - Política - 06/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 06/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 07/09/22)

3- O 7 de setembro: paraquedistas sofrem acidente em treino no Rio de Janeiro
Segundo reportagem dos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, ao menos três paraquedistas militares se feriram durante treinamento para as festividades dos 200 anos de Independência do Brasil na cidade do Rio de Janeiro. O Comando Militar do Leste justificou que rajadas de vento tiraram os paraquedistas das imediações do Forte de Copacabana e os empurraram para as ruas internas do bairro de Ipanema. O paraquedista Izaquiel Luiz caiu em cima de uma árvore e sofreu ferimentos graves, mas foi estabilizado

após ser levado para o hospital. Já o suboficial da Aeronáutica Roberto Pereira caiu no telhado de um imóvel e sofreu ferimentos leves. O treinamento era composto pela equipe de Salto Livre do Exército Brasileiro (Cometas) e a Equipe de Salto Livre da Força Aérea Brasileira (Falcões). (Correio Braziliense - Política - 07/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 07/09/22; O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/22)

4- O 7 de setembro: intelectuais refletem sobre o sentido da Independência do Brasil na ditadura militar e no governo Bolsonaro

Em entrevista para o periódico *Folha de S. Paulo*, o sociólogo André Botelho afirmou que o caráter militar das comemorações do 7 de setembro se iniciou no regime militar (1964-1985); mais especificamente em 1972. Segundo ele: “Foi feita toda uma reinterpretação para associar a Independência a um movimento militar que, historiograficamente falando, não existe”. Além disso, Botelho argumentou que foi na ditadura que os desfiles militares se tornaram uma demonstração de força e autoridade sobre a sociedade. Em certa semelhança com a realidade atual, segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, as festividades do Sesquicentenário da Independência, comemoradas durante o regime militar (1972), faziam parte de um plano estratégico dos militares para imprimir na sociedade os seus valores. Dentro desse contexto, a reportagem apontou que os militares se utilizaram do retorno dos restos mortais de Pedro 1º, da figura de Tiradentes, da seleção brasileira de futebol, e do milagre econômico para gerar uma “dimensão simbólica representada por um nacionalismo viril, bélico”, como explicou o professor de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico. Em coluna opinativa para o *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo sustentou essa temática e a comparou com o presente. Segundo ele, em ambos momentos históricos existe um resgate da memória da Independência em favor de um projeto político. Azedo afirmou que na ditadura “criou-se uma comissão governamental em parceria com Instituto Histórico e Geográfico com a tarefa de resgatar as lutas pela Independência, com objetivo de fortalecer os vínculos entre o projeto de institucionalização do regime autoritário então vigente e o sentimento nacionalista do povo”. Entretanto, Azedo afirmou que no momento atual a apropriação da memória histórica por Bolsonaro tem na busca por uma reeleição sua principal razão. (Correio Braziliense - Política - 07/09/22; Folha de S. Paulo - Política - 07/09/22)

5- O 7 de setembro: campanha da reeleição se sobrepõe ao desfile cívico-militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a comemoração do bicentenário da independência foi marcada, em Brasília, por diversas manifestações, principalmente de apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro. Entre estas, havia “faixas para que Bolsonaro acione as Forças Armadas” no estabelecimento da ordem. Já em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, manifestantes levaram cartazes que pediam que “as Forças Armadas e o presidente criminalizassem o comunismo no Brasil”. Na cidade de São Paulo, era possível ver faixas, inclusive escritas em inglês, que pediam o acionamento das Forças Armadas pelo presidente. A *Folha* também noticiou que, na manhã do 7 de setembro, antes do desfile cívico-militar, Bolsonaro mencionou momentos de tensão política e declarou que a “história pode se repetir”, o que segundo o jornal fazia alusão ao

golpe militar de 1964. Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, Bolsonaro transformou o 7 de setembro em um comício que foi acompanhado por uma multidão. Após o tradicional desfile em Brasília, o presidente discursou em um carro de som, do lado oposto da avenida, acompanhado do vice-presidente, Hamilton Mourão, e do candidato a vice na campanha de 2022, Walter Souza Braga Netto. Em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Vinicius Torres Freire avaliou que Bolsonaro se apropriou da data comemorativa da independência para fazer campanha à reeleição. Para Freire, militares que participaram nos desfiles em Brasília e no Rio de Janeiro foram “coniventes com a corrupção institucional”. (*Correio Braziliense* – Política – 08/09/22; *Folha de S. Paulo* – Política – 08/09/22; *O Estado de S. Paulo* – Política – 08/09/22)

6- O 7 de setembro: jornal relembra que comemoração dos 150 anos de independência do Brasil foi marcada por atrito entre o regime militar e a igreja católica

Reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo* lembrou que a comemoração dos 150 anos de independência do Brasil, realizada em 1972, foi marcada por disputas entre a igreja católica e o regime militar (1964-1985), na época, chefiado por Emílio Garrastazu Médici. A matéria baseou-se em documentos de órgãos da repressão política guardados no Arquivo Nacional, que indicam que após a Conferência Nacional de Bispos no Brasil (CNBB) optar por não se engajar nas comemorações propostas pelo governo militar, programando a missa para o dia 3 de setembro, o Centro de Informações do Exército (CIE), órgão repressivo ligado diretamente ao ministro da Força, elaborou um documento apontando a insatisfação com a igreja e pedindo a transferência da data para o 7 de setembro. As declarações da Informação 3204S/102-S3-CIE, de 24 de agosto de 1972, também registram a resposta do bispo Ivo Lorscheiter, o qual informou que a CNBB “julga impossível a mencionada mudança ‘pois entendeu dar a essa programação uma caracterização estritamente religiosa, com moldura de discrição e recolhimento’”. O documento também assinala a resposta de representantes do regime militar, de acordo com o qual “Como se pode verificar, a atitude da CNBB foi um ato para desprestigiar as festas, podendo ser classificado de inamistoso e uma provocação direta ao País.” Segundo os documentos analisados pelo *Estado*, os agentes secretos do regime militar passaram a monitorar as movimentações e correspondências dos líderes religiosos, interceptando documentos como “Mensagem da Comissão Representativa da CNBB no Sesquicentenário da Independência” e “A Igreja e o Sesquicentenário”. O Serviço Nacional de Inteligência (SNI) acompanhou a cerimônia de recepção à imagem de Nossa Senhora Aparecida na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 1.º de setembro de 1972 e, também, se infiltrou na missa do dia 3, celebrada por bispos e com representantes das igrejas melquita e maronita. (*O Estado de S. Paulo* - A fundo - 05/09/22)

7- Para jurista, as Forças Armadas não possuem papel moderador

Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, Miguel Reale Júnior, jurista e ex-ministro da Justiça (2002), questionou a menção do presidente Jair Bolsonaro ao artigo 142 da Constituição e a interpretação de que este autorizaria

as Forças Armadas a agirem como poder moderador no caso de conflito entre os Poderes. Para Reale Junior, não se justifica o entendimento de que as Forças Armadas sejam um poder moderador, pois estão submetidas ao comando político da nação e só podem atuar na garantia da ordem e da lei por iniciativa de qualquer um dos Poderes. Segundo o jurista, historicamente verifica-se que os militares intervieram em episódios de confronto e jamais de conciliação. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 03/09/22)

8- Série brasileira abordará o impacto da repressão militar na música e cultura nordestinas

Reportagem do periódico *Folha de S. Paulo* apresentou a série brasileira 'O Silêncio que Canta por Liberdade', que investiga o impacto da repressão da ditadura militar (1964-1985) sobre a música e a cultura do Nordeste. A série, com estreia prevista para 16/09/2022 no canal Music Box Brazil, conta com depoimentos de artistas como Moraes Moreira, Gilberto Gil, Alceu Valença, Chico César e Gal Costa. De acordo com Úrsula Corona, idealizadora da série, "Cada episódio traz ao espectador o mundo de dentro de cada artista e de como a sua arte foi fundamental para a ressignificação e superação de tempos tão difíceis. A música foi a ferramenta fundamental para o silêncio ser superado". (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 05/09/22)

9- Ex-presidente do Ibama apontou como ineficaz o uso do Exército na Amazônia
De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a região da Amazônia se encontra em crise com violações ambientais, invasão de terras indígenas e presença de organizações criminosas, e todas essas questões vêm sendo ignoradas durante o período eleitoral. No mês de agosto de 2022 foram registradas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) 45 mil focos de incêndio, sendo o maior número desde 2010. Segundo Suely Araújo, ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o atual posicionamento do governo federal de mobilizar as Forças Armadas no comando de operações de preservação não é eficaz, pois a fiscalização exige muito preparo e técnica, sendo os agentes ambientais os mais adequados. Por fim, Araújo pontuou que "militares podem ajudar, mas a concepção das operações tem que estar com o Ibama e com o ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade]". (Correio Braziliense - Brasil - 06/09/22)

10- Estados solicitaram apoio das Forças Armadas para reforçar segurança nas eleições

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, 12 Estados da Federação solicitaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) ajuda das Forças Armadas no reforço da segurança, por temerem uma intensificação das tensões políticas durante o primeiro turno das eleições, que ocorrerá em 02/10/2022. O jornal relembrou que, em 2018, as Forças Armadas se movimentaram na segurança e logística em 369 zonas eleitorais, quando 11 Estados pediram o auxílio dos militares. Já neste ano, há um aumento das requisições da presença de militares nas ruas durante o pleito, e o número ainda pode crescer, segundo o presidente

do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro, Elton Leme, em razão da “polarização ideológica que tem resultado em recorrentes casos de violência política”. Os estados da Paraíba e Acre foram alguns dos que solicitaram essa ajuda, que é uma prática comum em pleitos eleitorais, regulada no Código Eleitoral. A *Folha* também apontou uma preocupação do Alto Comando do Exército, que teme atos de violência eleitoral, como o que ocorreu com a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, além do assassinato de Shinzo Abe, ex-premiê japonês. Porém, o jornal destacou que essas tensões não são os únicos motivos para a presença militar, já que militares são mobilizados em áreas onde as forças de segurança estaduais apresentam gargalos, como em “reservas indígenas e áreas de população ribeirinha”, declarou o diretor geral do TRE do Pará, Felipe Brito. (Folha de S. Paulo - Política - 06/09/22)

11- Braga Netto interfere e a decisão do Exército de proibir o tiro recreativo foi revista

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva e candidato à vice-presidência na chapa de Jair Bolsonaro, Walter Souza Braga Netto, buscou reverter a decisão do Exército que proibia o tiro recreativo, o que prejudicaria o eleitorado armamentista, que, em sua maioria, apoia a reeleição do presidente. De acordo com o jornal, o deputado da base governista Pedro Lupion (Progressistas), incomodado com a decisão do Exército, recorreu a Braga Netto para lidar com o acontecido. O *Estado* informou que César Mello, candidato a deputado estadual pelo mesmo partido de Lupion, publicou registros do diálogo entre este e Braga Netto no aplicativo whatsapp, em que Braga Netto havia escrito “Lupion, resolvido. Estão corrigindo”. Porém, segundo o jornal, Mello apagou o registro da conversa e Braga Netto negou qualquer pressão para reverter a decisão que prejudicaria o eleitorado armamentista. O candidato à vice-presidência justificou ao *Estado*, por meio de sua assessoria, que o próprio Exército havia identificado a “inconsistência” da decisão. (O Estado de S. Paulo - Política - 06/09/22)

12- Exército “fecha portas” a contato com presidenciais

Segundo publicação do *O Estado de S. Paulo*, as tentativas do ex-presidente da República e candidato à eleição Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), de dialogar com os militares não foram bem-sucedidas. Diferindo da postura nas eleições de 2018, nesse ano o Exército deixou de receber presidenciais. Uma das justificativas para a decisão de se isolar do assunto, pelo menos no que tange ao contato com os candidatos, é o alto grau de polarização na política brasileira, elucidou o jornal. (O Estado de S. Paulo – Política – 09/09/22)

13- Ministro do STF afirmou que a chance de golpe no Brasil é nula

Conforme publicado pela reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou que não há a menor possibilidade da instituição se intimidar frente a qualquer tentativa golpista no Brasil, caso algum candidato não aceite o resultado das urnas. A declaração foi feita após discurso do presidente da República Jair Bolsonaro, no 7 de setembro,

no qual disse que a história pode se repetir, remetendo ao golpe militar de 1964. Segundo o ministro, “a história sempre venceu o mal” e, portanto, não há possibilidade de se afrontar a Constituição, já que a democracia tem grande apoio no Brasil. (Correio Braziliense - Política - 08/09/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Gasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima